Da Mãe de Deus à Deusa-Mãe: variações textuais nas Matinas da Conceição decorrentes da marianização do catolicismo

Paulo Castagna
UNESP - brsp@uol.com.br

CASTAGNA, Paulo. Da Mãe de Deus à Deusa-Mãe: variações textuais nas Matinas da Conceição decorrentes da marianização do catolicismo. XXIII Congresso da ANPPOM. Natal, Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 19-23 de agosto DE 2013. *Anais*. Natal: Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Portal de Congressos da ANPPOM, 2013. Versão eletrônica disponível em: <http://anppom.com.br/congressos/index.php/ANPPOM2013/Escritos2013/schedConf/presentations>.

Resumo: Esta comunicação aborda os impactos, no texto litúrgico das Matinas da Conceição, da progressiva marianização do cristianismo pela Igreja Católica Apostólica Romana e seu conseqüente distanciamento do cristianismo trinitário medieval, a partir da adoção de aspectos divinos femininos, que já eram comuns nas tradições religiosas egípcia, hindu e greco-romana. A partir da consulta de breviários dos séculos XVII a XX e de manuscritos musicais brasileiros para as Matinas da Conceição, serão analisadas as mudanças de texto para essa função e os seus possíveis significados.

Palavras-chave: Música Sacra; Igreja Católica; Dogmas; Nossa Senhora; Virgem Maria.

From God's Mother to the Mother Goddess: text variation in the Matins for the Conception after the 'marianization' of Catholicism

Abstract: This paper focuses the impacts, on the liturgical text of the Matins for the Conception, of the progressive 'marianization' of Christianity by the Roman Catholic Church and its consequent detachment from the medieval Trinitarian Christianity, through the adoption of divine female aspects, which were common in Egyptian, Hindu and Greco-Roman religious traditions. By the examination of 17^{th} to 20^{th} Centuries breviaries and Brazilian manuscripts with music written to the Matins for the Conception, we analyze the text changes to that function, and their possible meanings.

Keywords: Sacred Music; Catholic Church; Dogmas; Our Lady; Blessed Virgin Mary.

1. Introdução

Os dogmas, na Igreja Católica Romana, são concepções assumidas como verdadeiras e adotadas como sua base doutrinal, assentando-se sobre as mesmas todas as ações litúrgicas e as práticas delas decorrentes. A Igreja promulgou dogmas desde os primeiros concílios, que versavam sobre Deus, Jesus Cristo, a Santíssima Trindade, Maria (mãe de Jesus), a criação do mundo, o ser humano, os sacramentos, o pós-morte, o Papa e a

Igreja. Os últimos dogmas publicados referem-se à Infalibilidade do Papa (Concílio Vaticano I, 1869-1870), à Imaculada Conceição (1854) e à Assunção de Nossa Senhora (1950).

Todos os dogmas, desde o início do cristianismo, foram apoiados em opiniões de pensadores ou no resultado de concílios, porém foram oficializados pela Igreja em um documento específico, destinado a tornar as antigas crenças finalmente absolutas, definitivas, imutáveis, seguras, indubitáveis e inquestionáveis.

Um grupo específico de dogmas versou sobre Maria, mãe de Jesus e, por essa razão, denominados *marianos*. Por meio de seu estudo é possível perceber a intensificação do processo denominado *marianização do catolicismo*, a partir de meados do século XIX, o qual representou uma das maiores transformações teológicas do catolicismo, desde a proclamação da divindade de Jesus e a instituição da doutrina da Santíssima Trindade.

Um dos reflexos da marianização do catolicismo, durante o século XIX, é a variação dos textos das Matinas da Conceição, que aqui será estudada a partir de breviários e livros litúrgicos romanos, e de alguns manuscritos musicais brasileiros e portugueses.

2. Exclusão e resgate de aspectos divinos femininos no catolicismo

O cristianismo romano desenvolveu-se principalmente em meio a populações que anteriormente praticavam religiões de características politeístas ou mesmo idólatras, as quais aparentemente tiveram dificultaram na manutenção de um monoteísmo pleno, ao menos desde o século IV. O culto a santos, relíquias, imagens e objetos - práticas geralmente não admitidas no monoteísmo hebraico ou islâmico - são reflexos dessa tolerância sincrética que caracterizou a formação do cristianismo e que definiu muitas de suas atuais características.

A própria doutrina da Santíssima Trindade, elaborada principalmente no Concílio de Nicéia (325) e no Primeiro Concílio de Constantinopla (381), pode ter recebido a influência de trindades similares pré-cristãs, como a egípcia Ísis/Hórus/Osíris, a hindu Brahma/Vishnu/Shiva, que representa as forças naturais de criação, conservação e destruição. A Mãe-Tríplice celta, a trindade gaulesa Taranis/Tutatis/Esus, a irlandesa Lug/Dagda/Ogma e as possíveis associações de deuses gregos em trindades, como argumenta Menard (1985: v.1, 3) para o desdobramento da personalidade de Zeus em Hades e seu irmão Posseidon, podem ter participado do afastamento do cristianismo da pureza monoteísta hebraica.

Mas chama a atenção a existência de uma grande quantidade de deusas em cultos pré-cristãos, no Egito, no Oriente Médio, na Índia e na Grécia, cuja cultura, disseminada pelo Império Romano, participou ativamente do desenvolvimento do cristianismo. É o caso, entre

outros, de Atena, filha partenogênica de Zeus que manteve perpétua virgindade, de Afrodite (Vênus, em Roma), que nasceu da espuma gerada pelos órgãos genitais de Urano, lançados ao mar por Cronos, ou de Ártemis (Diana, em Roma), a mais pura e casta das deusas, à qual as mulheres deveriam jurar seu desapego aos homens (BRANDÃO, 2009).

No Antigo Egito também coexistiam deuses e deusas, cujos cultos disseminaram-se pelo mundo greco-romano antes do advento do cristianismo. Foi, por exemplo, o caso de Ísis, que representava o modelo ideal de esposa e mãe, deusa da família e da maternidade, dos eventos mágicos, da simplicidade e das crianças, protetora dos oprimidos e dos mortos, receptora das preces de aristocratas e governantes (WITT, 1997). De acordo com os mitos egípcios, Ísis casou-se com seu irmão Osíris, assassinado por Seth, mas após sua ressurreição, de seu sêmen Ísis concebeu Hórus, que se tornou deus dos céus.

Embora os cultos a Ísis e a outras deusas hindus, gregas, egípcias e médio-orientais tenham sido considerados paganismo durante a formação do cristianismo, muitos de seus elementos foram convertidos (ou, ao menos, encontram correspondências) em conceitos cristãos, adaptados aos personagens e fatos bíblicos cristãos, como o nascimento sem mácula, a concepção em estado de virgindade, a maternidade divina, a assistência à ressurreição, a intercessão junto ao mundo divino e outros.

A existência de deuses e deusas em distintas mitologias na Antiguidade - entre elas no Egito, Grécia e Índia - representa uma personificação dos aspectos masculinos e femininos da vida, cultuados pelos devotos. Seriam, assim, masculinos, aspectos como a razão, a força e a conquista, e femininos a criatividade, o cuidado e o amor incondicional. Enquanto os monoteísmos reúnem tais aspectos em uma única divindade, os politeísmos os atribuem a diferentes deuses e deusas. O cristianismo, no entanto, manteve-se em uma posição intermediária entre monoteísmo e politeísmo, preservando aspectos femininos na figura de santas, mártires e personagens femininas bíblicas, como Madalena e a mãe de Jesus.

3. A marianização do catolicismo

Até o assim denominado Cisma do Oriente (1054), que originou a Igreja Católica Apostólica Romana (Ocidente) e a Igreja Ortodoxa (Oriente), o cristianismo era principalmente baseado no dogma da Santíssima Trindade. A partir de então, e provavelmente em reação aos movimentos cátaro e trovadoresco, que no sul da atual França praticaram uma devoção à mulher inédita no ocidente (e que, entre os cátaros, incluiu a atuação conjunta de

sacerdotes e sacerdotisas), a Igreja Romana permitiu o culto à mãe de Jesus, que passou a receber denominações como Nossa Senhora, Santa Maria ou Virgem Maria.

Não é coincidência o fato de que, após o Cisma, a Igreja Romana começou a reconhecer as assim denominadas *aparições marianas*, raríssimas até então, e cuja freqüência foi aumentando quase exponencialmente até o século XX. A partir do Cisma foram sendo estabelecidas inúmeras festas, devoções, textos e repertórios musicais católicos em louvor à Virgem, frequentemente de origem popular, mas que foram lentamente quebrando a base exclusivamente trinitária do catolicismo e gerando uma inusitada *quaternidade* (BLOOM, 2005: 120-133), a partir da qual Maria foi levada aos altares das igrejas (Figura 3) e passou a figurar, em termos teológicos, ao lado do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

A popular *marianização do catolicismo*, que revitalizava na figura de Maria os aspectos femininos comuns nas deusas egípcias, hindus e greco-romanas, obrigou a Igreja a oficializá-lo progressivamente, na medida de sua intensificação. Proliferaram-se, assim, os dogmas e títulos marianos (Tabela 1), que não apenas indicam a aceleração desse processo a partir do século XIX, mas o fato de que ele ainda está em curso na atualidade, com prováveis aprofundamentos do papel teológico de Maria em direção ao futuro.

Título	**Denominação original**	**Qualificação**	**Oficialização**
Maternidade divina	Θεοτόκος (*Theotókos*)	Primeiro dogma mariano	Concílio de Éfeso, em 431
Perpétua Virgindade	*Virginitate Perpetua Sanctæ Mariæ*	Segundo dogma mariano	Decreto *Cum quorundam*, por Paulo IV, no Concílio de Trento, em 07/08/1555
Imaculada Conceição	*Immaculata Conceptio Beatæ Mariæ Virginis*	Terceiro dogma mariano	Bula *Ineffabilis Deus*, por Pio IX, em 08/12/1854
Assunção de Maria	*Assumptio Beatæ Mariæ Virginis*	Quarto dogma mariano	Encíclica *Munificentissimus Deus*, por Pio XII, em 01/11/1950
Dormição de Maria	Κοίμησις Θεοτόκου (*Kóimesis Theotókou*)	(implícito no Quarto dogma mariano)	Encíclica *Munificentissimus Deus*, por Pio XII, em 01/11/1950
Mãe da Igreja	*Mater Ecclesiæ*	Título	Paulo VI, no Concílio Vaticano II, em 21/11/1964
Medianeira	*Mediatrix*	Projeto para Quinto dogma mariano	apresentado a Bento XVI em 08/02/2008
Corredentora	*Co-Redemptrix*	Projeto para Quinto dogma mariano	apresentado a Bento XVI em 08/02/2008

Tabela 1: Principais dogmas e títulos relacionados à mãe de Jesus, a partir de informações disponíveis na página oficial do Vaticano (A SANTA SÉ).

O processo que apressou as transformações marianas no século XIX decorreu, inicialmente, da expansão do Iluminismo e da consequente dessacralização da cultura. De

acordo com Bellotti (2011), "*A Revolução Francesa e o período napoleônico marcam a secularização irreversível, que inspirará as independências das colônias hispânicas nas Américas Central e do Sul*", processo que acarretou não somente a perda de privilégios e propriedades da Igreja Católica, mas principalmente a perda da "*primazia sobre o sistema educacional*" (BELLOTTI, 2011). Em decorrência disso, surgiram novas concepções religiosas que se confrontaram com o catolicismo, ainda predominantemente trinitário:

> "O fim do século XVIII é palco do surgimento de novos distanciamentos em relação à religião organizada - o deísmo e o ateísmo, respectivamente, crença em uma inteligência divina ou Ser Supremo desvinculada de qualquer ritualismo ou dogma e a negação de Deus" (BELLOTTI, 2011).

O resultado não poderia ter sido mais desfavorável à Igreja Romana: no século XIX iniciou-se um processo que, ao lado de concepções como o ateísmo, o cientificismo e o comunismo, acelerou o surgimento de inúmeras religiões não-católicas (incluindo os cultos sincréticos de origem africana e oriental), colocando a Igreja em risco de extinção. O desafio encarado pela Igreja Romana nesse período, talvez ainda maior que o das Reformas do século XVI, forçou-a a uma definitiva (embora progressiva) oficialização do catolicismo mariano, que há séculos já encontrava reconhecimento popular e muitas opiniões favoráveis internas.

Para essa tarefa, a Igreja necessitou concluir a divinização de Maria (Figura 2), o que foi feito pelo terceiro e quarto dogmas marianos, que a colocaram ao lado da divindade de Jesus, também nascido sem mácula e ascendido ao céu sem morte. O que a Igreja procedeu, com tais atos, não foi uma mera manipulação histórica, como argumentam alguns (SMITH, 2006: 146-147), mas uma salutar mudança do antigo modelo de culto trinitário, elaborado para uma sociedade pré-científica de valores quase exclusivamente masculinos, para um modelo religioso moderno, com maior espaço para aspectos masculinos e femininos discerníveis entre si. Nesse novo modelo, Jesus e Maria (como Hórus e Ísis no Antigo Egito) são as divindades manifestas e popularmente reconhecíveis, enquanto Deus e o Espírito Santo são entidades místicas de caráter mais profundo, complexo e quase exclusivamente esotérico.

4. Textos e música para as Matinas da Conceição

Consultando várias edições de breviários romanos dos séculos XVII a XX, foi possível localizar e datar a ocorrência de três distintos textos para as Matinas da Conceição, que aqui denominaremos I, II e III e, para efeitos de transcrição (tabela 2), baseados respectivamente em BREVIARIUM (1698), BREVIARIUM (1850) e OFFICIUM (1864).

Unidade funcional	Matinas da Conceição I (antes de 1850)	Matinas da Conceição II (1850-1863)	Matinas da Conceição III (a partir de 1863)
Invitatório	*Conceptionem Virginis*	*Immaculatam conceptionem*	*Immaculatam Conceptionem*
Hino	*Quem terra, pontus, sidera*	*Quem terra, pontus, sidera*	*Præclara custos virginum,*
R. I	*Hodie concepta est*	*Quæ est ista*	*Per unum hominem peccatum*
R. II	*Beatissimæ Virginis Mariæ*	*Vidi Speciosam*	*Transite ad me omnes*
R. III	*Gloriosæ Virginis Mariæ*	*Congratulamini mihi omnes*	*Electa mea candida*
R. IV	*Conceptio gloriosæ*	*Fundamenta eius*	*Ego ex ore Altissimi prodivi*
R. V	*Cum jucunditate*	*Nihil inquinatum*	*Nihil inquinatum*
R. VI	*Conceptio tua, Dei Genitrix*	*Beatam me dicent*	*Signum magnum apparuit*
R. VII	*Beatam me dicent*	*Signum magnum apparuit*	*Hortus conclusus soror mea*
R. VIII	*Felix namque es*	*Benedixit te Dominus*	*Magnificat anima mea*
R. IX	*Te Deum Laudamus*	*Te Deum Laudamus*	*Te Deum Laudamus*

Tabela 2: Início (*incipit*) do texto latino do Invitatório, Hino e nove Responsórios (R.) das três versões das Matinas da Conceição localizadas em breviários romanos dos séculos XVII a XX. As Matinas da Conceição II e III são denominadas, nos breviários, Matinas da Imaculada Conceição.

A análise dos breviários disponíveis e, particularmente, a publicação do *Officium Immaculatæ Conceptionis Beatæ Mariæ Virginis* (OFFICIUM, 1864) (Figura 1), demonstra que o que ocorreu após a promulgação do terceiro dogma mariano ou da Imaculada Conceição (1854) foi a substituição da festa da Conceição pela festa da Imaculada Conceição, pois enquanto a primeira celebrava apenas a concepção de Maria por seus pais (Santa Ana e São Joaquim), a Imaculada Conceição passava a celebrar, no mesmo dia (8 de dezembro), sua origem *sem mácula* e, portanto, divina. Nove meses depois (8 de setembro), a Igreja celebra a Natividade de Maria (ou seja, seu nascimento) e, em 15 de agosto, sua Assunção que, pelo quarto dogma mariano, passou a indicar oficialmente sua subida ao céu sem morte, o que completou sua equiparação à masculina divindade crística.

Esse processo parece ter sido bastante elaborado: foi notável a publicação, quatro anos antes do terceiro dogma, do BREVIARIUM (1850) com as Matinas da Conceição II, uma versão preparatória e provisória, substituída pelas Matinas da Conceição III em 1863.

De forma sintomática, é enorme a quantidade de composições musicais escritas para devoções marianas a partir de meados do século XIX, frente a uma quantidade bem

menos significativa nos períodos anteriores. A prática musical das Matinas da Conceição (por composição ou cópia), envolvendo compositores que viveram no Brasil, é interessante por testemunhar o início desse processo, manifesto na utilização de seus três diferentes textos.

Matinas da Conceição com o texto I foram aparentemente musicadas no Brasil apenas por João de Deus de Castro Lobo (1794-1832), José Maurício Nunes Garcia (1767-1830) e Francisco Manuel da Silva (1795-1865). Marcos Portugal (1762-1830), que viveu no Brasil de 1811 a 1830, possui duas composições para esse texto, com cópias apenas em Portugal: uma delas composta ao redor de 1795 e outra em 1802, respectivamente catalogadas com os códigos 03.06 e 03.05 por António Jorge Marques (2012: 513-532), o qual refere que a segunda delas (2012: 527) foi cantada na Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro em 1893.

Uma interessante cópia lusitana das Matinas da Conceição de Marcos Portugal, incluída por António Jorge Marques em 03.05, versão 7, variante 3, usa o texto II e indica sua elaboração em 1851, possuindo na página de rosto a informação: "*arranjadas segundo a nova reza por o Papa Pio IX no ano de 1850 por J. Jordani*". Uma outra cópia da mesma obra, feita em 1878 e classificada por Marques como versão 11, apresenta o texto III, demonstrando o quanto o texto vigente era mais importante na prática musical sacra do que a versão autoral.

Matinas da Conceição III foram compostas no Brasil talvez apenas por José Maria Xavier (1819-1887) em 1873 (sem o Hino), delas existindo uma notável partitura autógrafa (Orquestra Ribeiro Bastos, código E03 P05 após Cx 79), em cuja primeira página o autor incluiu a informação: "*Matinas da Conceição (ofício novíssimo deste dogma) para 4 vozes e orquestra pequena*" (Figura 4).

O caso de João de Deus de Castro Lobo é o mais complexo. Com a mesma música de suas próprias Matinas de Natal, existem várias cópias desta obra com o texto das Matinas da Conceição I, a maioria elaborada em épocas posteriores à sua morte. Paralelamente, existem cópias de Matinas da Conceição com o texto II atribuídas a João de Deus, que utilizam a mesma música de suas Matinas de São Vicente de Paulo. Finalmente, uma única cópia da segunda metade do século XIX (Museu da Música de Mariana, código CDO.01.123) apresenta a mesma música das Matinas de São Vicente de Paulo, de Castro Lobo, com o texto das Matinas da Conceição III. A conclusão é óbvia: João de Deus de Castro Lobo não compôs a música das Matinas da Conceição II e III (e provavelmente nem das Matinas da Conceição I), adaptada por copistas aos novos textos após a sua morte e após as publicações vaticanas.

A produção musical católica brasileira foi principalmente mantida, nos séculos XVIII e XIX, por irmandades e ordens terceiras, e somente uma pequena parte foi sustentada pela igreja diocesana. Com o advento da República, que separou Igreja e Estado, e da

Romanização do catolicismo brasileiro, as organizações leigas vinculadas ao clero (ou congregações) passaram a ser cada vez mais valorizadas, ficando as irmandades em segundo plano, o que provocou a extinção da maioria delas. Tal mudança, somada à exclusão das bandas na música sacra pelo Motu Proprio *Tra le sollecitudine* de Pio X (22/11/1903), acarretou a progressiva perda do costume da celebração de Matinas com orquestra e coro, em função de sua complexidade e alto custo. As composições e mesmo as cópias de música para as Matinas da Conceição tornaram-se raras e tenderam ao desaparecimento a partir de inícios do século XX. A partir de então, a produção mariana diversificou-se em obras mais simples e curtas, porém com uma representatividade cada vez maior no cerimonial católico.

5. Conclusões

A variação dos textos das Matinas da Conceição no Brasil demonstra o quanto a produção musical sacra era voltada às funções do presente e como os copistas alteravam a música de seus predecessores para atender as necessidades de seu tempo. Embora o trabalho musicológico convencional seja normalmente centrado nos autores das obras, a função do repertório sacro, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, era mais importante do que a sua autoria. A conclusão reforça a necessidade de maior envolvimento musicológico com as funções sociais e cerimoniais da música e suas transformações históricas, bem como maior atenção aos fenômenos do que às convenções técnicas e metodológicas da musicologia.

6. Referências

BELLOTTI, Karina Kosicki. História das religiões: conceitos e debates na era contemporânea. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.55, p.13-42, jul./dez. 2011. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/26526/17686>. Data do acesso: 23/03/2013.

BLOOM, Harold. *Jesus e Javé: os nomes divinos*; tradução José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 274p.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. 21 ed., Petrópolis: Vozes, 2009. 3v.

BREVIARIUM Romanum ex Decreto Sacrosancti Concilij Trid. restitutum, Pii V. Pontificis Max. jussu editum, et Clementis VIII. primum, nunc denuo Urbani PP. VIII. auctoritate recognitum. In quo omnia suis locis ad longum posita sunt, pro majori recitantium commoditate. Pars Hiemalis. Antuerpiæ : Typographia Plantiniana, 1698. 4v.

BREVIARIUM Romanum ex Decreto Sacrosancti Concilii Tridentini Restitutum S. Pii V Pontificis Maximi jussu editum, Clementis VIII et Urbani VIII auctoritate recognitum, cum officiis sanctorum, novissime per summos pontífices usque ad hanc diem concessis, in quatuor anni tempora divisum. Rhedonis: J. M. Vatar, 1850. 4v.

MARQUES, António Jorge. *A obra religiosa de Marcos António Portugal (1762-1830): catálogo temático, crítica de fontes e de texto, proposta de cronologia*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2012. xxxii, 1.052p. + disco óptico (Cd-Rom).

MENARD, René. *Mitologia Greco-romana*. São Paulo: Opus, 1985. 309p.

OFFICIUM Immaculatæ Conceptionis Beatæ Mariæ Virginis. 4 ed. Ratisbonæ: Friderici Pustet, 1864. 40p. Disponível em <http://books.google.com.br/books/about/Officium_Immaculatae_Conceptionis_Beatae.html?id=vzNFAAAAcAAJ&redir_esc=y>. Data do acesso: 20/03/2013.

A SANTA SÉ. Disponível em <http://www.vatican.va/>. Data do acesso: 28/02/2013.

SMITH, Huston. A alma do cristianismo: resgatando a essência da grande tradição; tradução Euclides Luiz Calloni e Cleusa Margô Wosgrau. São Paulo: Cultrix, 2006. 192p.

WITT, R. E. *Ísis in The Ancient World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997. 336p.

OFFICIUM

IMMACULATÆ CONCEPTIONIS

BEATÆ MARIÆ VIRGINIS.

EDITIO QUARTA.

RATISBONÆ.
SUMTIBUS, CHARTIS ET TYPIS FRIDERICI PUSTET,
S. SEDIS APOSTOLICÆ TYPOGRAPHI.
1864.

Figura 1: OFFICIUM Immaculatæ Conceptionis Beatæ Mariæ Virginis. 4 ed. Ratisbonæ: Friderici Pustet, 1864. 40p.

Figura 2: Antonio Cortina Farinós (1841-1890). *Inmaculada Concepción* (1876, restaurado em 2008). Óleo de 147 x 94 cm. Archivo Genius Loci. Disponível em <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:A.Cortina._Inmaculada_Concepci%C3%B3n.jpg?uselang=it>. Acesso em 20/03/2013.

Figura 3: Típico altar mariano, com a imagem de Nossa Senhora das Graças (c.1980) e o filho Jesus, sobre a antiga representação trinitária da crucifixão. Igreja Matriz de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, de Vargem Grande Paulista (SP), com painel do Padre Giuglio Liveranne (2011).
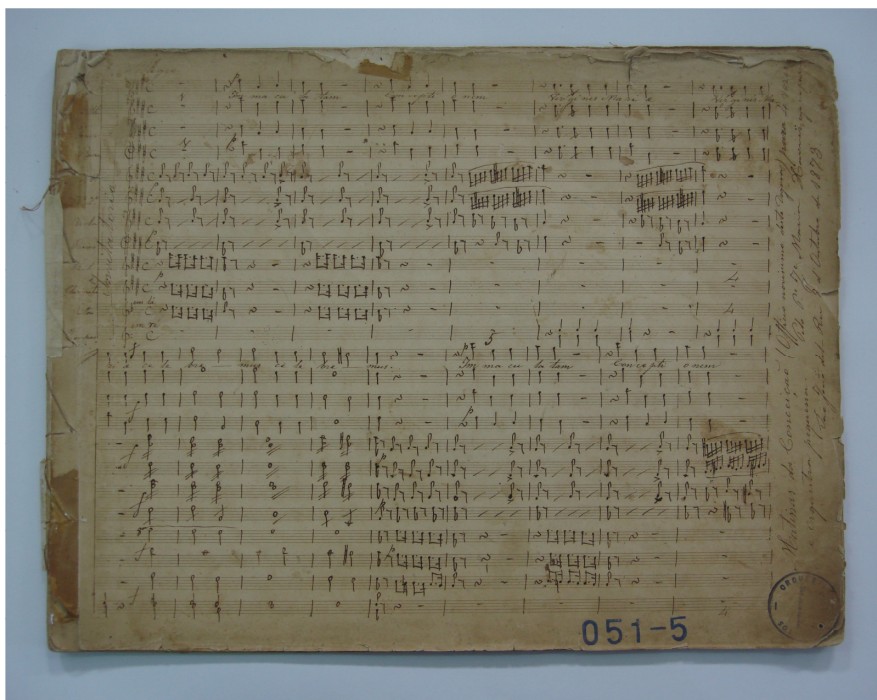
Figura 4: Partitura autógrafa das Matinas da Imaculada Conceição (texto III) de José Maria Xavier (1819-1887), composta em 1873. Orquestra Ribeiro Bastos, código E03, P05, após Cx 79. À direita: "*Matinas da Conceição (ofício novíssimo deste dogma) para 4 vozes e orquestra pequena*".